



**Relatório de Gestão
Demonstrações Financeiras
Anexo**

Ano 2012

Fundo de Pensões Banco Santander Totta, SA



Índice

I.	Relatório de Gestão.....	3
II.	Demonstrações Financeiras.....	21
1.	Demonstração da Posição Financeira.....	21
2.	Demonstração de Resultados.....	22
3.	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	23
III.	Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados.....	24
1.	Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s) ...	24
2.	Alterações ocorridas em 2012.....	25
3.	Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras.....	25
4.	Regime Fiscal.....	27
5.	Inventário de Investimentos.....	28
6.	Imóveis.....	30
7.	Riscos associados à carteira de investimentos.....	32
8.	Acréscimos e diferimentos – Juros a receber.....	35
9.	Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas.....	35
10.	Comissões.....	36
11.	Contribuições.....	37
12.	Benefícios Pagos.....	37
13.	Outras Receitas e Despesas.....	38
IV -	Certificação Legal das Contas.....	39



I. Relatório de Gestão

Relatório do Fundo Pensões do Banco Santander Totta, S.A.

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial desacelerou de forma mais pronunciada do que o esperado, em 2012, fruto de uma mais profunda deterioração dos agentes económicos, na sequência (i) do agravamento da crise da dívida soberana, na zona euro, e seu contágio à economia mundial e, em simultâneo, (ii) com os receios associados ao “precipício orçamental”, nos EUA. Acrescem ainda os efeitos relacionados com a instabilidade geopolítica em várias regiões do Globo.

A tendência de desaceleração foi relativamente uniforme ao longo do ano, em termos de variação homóloga, com uma desaceleração progressiva das taxas de crescimento do PIB, de forma generalizada. O abrandamento da actividade seria mais visível no segundo semestre do ano, em especial na Europa, com o contágio da crise da dívida soberana a afectar os países “core”, juntamente com o impacto da desaceleração dos mercados emergentes.

No final do ano, eram visíveis diferentes dinâmicas de crescimento, com a zona euro em situação recessiva, fruto do agravamento da crise, enquanto os EUA recuperavam o potencial de crescimento. Nos mercados emergentes, as indicações são ainda de estabilização do crescimento, em ritmos abaixo da média histórica.

Os mercados emergentes foram particularmente afectados pela desaceleração, com o crescimento a cair abaixo da média dos últimos anos, uma tendência mais visível no Brasil. Isso foi o resultado das políticas restritivas adoptadas no passado, para evitar os riscos de sobreaquecimento e controlar potenciais bolhas de crédito, a que acresceram os impactos da moderação da procura por parte das economias desenvolvidas.

Na China, houve também uma moderação do investimento público, uma vez concluídos os programas de estímulo económico adoptados após a crise de 2008/09.

Posteriormente, nos vários países, foram adoptadas medidas de estímulo, incluindo descidas de taxas de juro, bem como políticas de investimento público.

Na China, o banco central desceu as taxas de juro de referência pela primeira vez em vários anos, após sucessivas subidas e aumentos do coeficiente de reservas de caixa, com o objectivo de travar o crescimento do crédito.



No Brasil, o banco central foi mais agressivo na adopção de políticas expansionistas, tendo descido a taxa de juro de referência em 500pb, para 7,25%, ao mesmo tempo que flexibilizou alguns dos critérios macro prudenciais para estimular a concessão de crédito.

Nos EUA, o crescimento económico permaneceu moderado, tendo mesmo registado uma ligeira desaceleração durante o período do Verão, com o desemprego a estabilizar acima de 8%, muito acima da média dos últimos anos e dos níveis considerados como consistentes com o pleno emprego (cerca de 6%, de acordo com o consenso de mercado). Em resultado, e devido aos maiores riscos para a economia norte-americana colocados pela crise europeia, a Reserva Federal mencionou a possibilidade de adopção de novas medidas de estímulo não convencionais. No Verão, e apesar de os investidores anteciparem uma nova vaga do programa de aquisição de dívida pública (Quantitative Easing), a Reserva Federal apenas prolongou a operação “Twist”, na qual reinveste em maturidades mais longas as aplicações que já tem em dívida pública norte-americana.

Já no 4T, a Reserva Federal fez depender ainda mais a política monetária da evolução do mercado de trabalho, apesar da descida da taxa de desemprego para 7,8%. Este nível é considerado muito elevado, sendo o nível “natural” estimado em redor de 6,5%. Assim, comunicou que as taxas de juro de referência deverão permanecer em mínimos históricos até 2015, e anunciou um reforço do seu programa de aquisição de dívida pública (Quantitative Easing), ao abrigo do qual adquire um adicional de 45 mil milhões de dólares por mês, ao qual acresce a aquisição de 40 mil milhões de créditos hipotecários titularizados, também em base mensal.

Ao longo do segundo semestre, a conjuntura nos EUA foi afectada pela discussão em torno do “precipício fiscal”, como é caracterizado o mecanismo automático de correcção do desequilíbrio orçamental, caso o tecto da dívida pública (actualmente fixado em 16,4 triliões de dólares) não seja aumentado. Decorrem presentemente negociações para elevar esse limite, no quadro de uma redução estrutural do défice orçamental, que ainda se situa em cerca de 8,5% do PIB. Caso não haja esse acordo, serão automaticamente aumentados os impostos sobre o rendimento, e efectuados cortes na despesa, que poderiam ter um impacto negativo na economia de cerca de 2pp do PIB.

No Reino Unido, o crescimento económico também foi débil, apenas beneficiando pontualmente dos efeitos positivos do Jubileu da Rainha Isabel II e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Procurando apoiar a recuperação da actividade, no contexto de políticas orçamentais restritivas, o Banco de Inglaterra manteve as taxas de juro de referência em mínimos históricos (0,5%) e ampliou o seu programa de Quantitative Easing para 375 mil milhões de libras esterlinas. Em simultâneo, lançou o programa de “Funding for Lending”, ao abrigo do qual os bancos podem submeter novos créditos a empresas como colateral nas operações de financiamento junto do banco central. Quanto maior for o volume de novos empréstimos, menor será a taxa de financiamento.

Na zona euro, a confiança económica deteriorou-se, fruto das sucessivas ondas de choque associadas à crise da dívida soberana. Embora, numa fase inicial, confinadas aos agora designados



países “periféricos”, essas ondas de choque transmitiram-se aos países “core”, assim como a outras regiões geográficas e económicas, como mencionado anteriormente. Esse aumento da incerteza materializou-se numa redução da despesa, nível generalizado, com uma queda do consumo privado e do investimento.

A zona euro terminaria, deste modo, o ano de 2012 em recessão, com as perspectivas a sinalizarem a continuação de ritmos deprimidos de actividade até ao segundo semestre de 2013, quando se poderia começar a iniciar uma recuperação gradual da actividade.

O contágio acentuou-se ainda no primeiro trimestre, com a crise a estender-se a Espanha e Itália, reflectindo-se numa subida das taxas de juro exigidas pelos investidores nos vários leilões de dívida pública, de curto e de longo prazo.

Em Espanha, as tensões agravaram-se após o Governo ter revelado, por um lado, que o défice orçamental de 2011 foi mais elevado do que o previsto inicialmente, devido à derrapagem da despesa nas comunidades autónomas, e, por outro lado, que o ritmo de consolidação seria mais gradual do que o inicialmente antecipado.

Posteriormente, e na sequência do anúncio de novos problemas na carteira de crédito do Banco Bankia (criado a partir da fusão de várias cajas de ahorro), foi efectuado um stress test ao conjunto do sistema financeiro espanhol. O exercício, desenvolvido pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, estimou as necessidades de capital do sector bancário num valor entre 51 e 62 mil milhões de euros, abaixo dos 100 mil milhões de euros acordados com as autoridades europeias, no âmbito de um programa de apoio financeiro para a reestruturação e recapitalização do sector. Os resultados finais da auditoria, conduzida pela consultora Oliver Wyman, confirmaram necessidades de capital de 59,3 mil milhões de euros, dentro da estimativa inicial. Os bancos Santander, BBVA e LaCaixa não têm necessidades de recapitalização, e o Banco Popular concluiu esse processo, com recurso a fundos privados.

Este programa será, numa primeira fase, efectuado através de empréstimos ao Estado espanhol, mas, posteriormente, os fundos europeus FEEF/MEE poderão apoiar directamente os bancos, uma vez concluída a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, a nível europeu, que incluía também o BCE.

Na Grécia foi concluído o programa de reestruturação da dívida pública grega (“PSI – private sector involvement”), no qual a esmagadora maioria dos investidores privados aceitou os termos de troca, com uma perda associada equivalente a 53,5% do valor nominal (cerca de 75% do valor investido) e que, por um lado, desbloqueou a aprovação de um segundo pacote de resgate, no montante de 130 mil milhões de euros, e, por outro, deverá contribuir para que a dívida pública grega, em percentagem do PIB, possa reduzir-se até 124% em 2020.



Após uma primeira eleição que resultou na ausência de uma maioria governativa estável, o segundo processo eleitoral resultou numa maioria parlamentar apoiada pela Nova Democracia, PASOK e DIMAR, com o Governo comprometido não só com o cumprimento dos acordos com as instituições internacionais, mas também a solicitar uma flexibilização das metas, que permita um ajustamento menos brusco para a economia.

No final do ano, foi finalmente aprovado o novo programa de apoio à Grécia, no âmbito do qual foram adoptadas novas medidas de apoio: (i) redução em 100pb das taxas de juro aplicáveis nos empréstimos bilaterais do primeiro programa; (ii) redução de 10pb nas comissões de garantia; (iii) extensão das maturidades dos empréstimos pelo FEEF em 15 anos e 10 anos de carência de juros; e (iv) entrega à Grécia dos ganhos com a carteira de dívida pública grega constituída pelos bancos centrais do Eurosistema.

Estas decisões reduzem substancialmente os riscos de saída, a curto prazo, pela Grécia da zona euro, revelando o compromisso que existe de apoio aos países em maiores dificuldades (sujeitos, obviamente, ao cumprimento dos objectivos acordados nos programas de ajustamento). Estes riscos tinham sido particularmente elevados no primeiro semestre do ano.

No segundo semestre, a Comissão Europeia apresentou também a sua proposta de “mapa” para o aprofundamento da União Económica e Monetária, através da criação de uma verdadeira União Bancária. O objectivo é, a prazo, eliminar os riscos actualmente existentes derivados da ligação entre o sector bancário e o respectivo soberano, que contribuiu para a fragmentação dos mercados financeiros europeus.

Esta união passa por três vectores: (i) mecanismo único de supervisão bancária, com o BCE a desempenhar o papel fundamental. O BCE terá a seu cargo a supervisão dos bancos com activos superiores a 30 mil milhões de euros ou que representem mais de 20% do sistema bancário do país; (ii) mecanismo e autoridade única de resolução bancária, que defina os critérios para a reestruturação e/ou resolução de bancos em situação de crise; e (iii) um fundo comum de garantia de depósitos, que quebre a relação actualmente existente com o soberano. Este fundo não será implementado de imediato. As autoridades europeias adoptaram um conjunto de medidas de apoio económico, visando apoios de mais curto prazo, enquanto são adoptados mecanismos estruturais de resolução da crise.

O Conselho Europeu de 28-29 de Junho decidiu reforçar as medidas de apoio ao crescimento económico, com o aumento de capital do BEI – Banco Europeu de Investimento, a reafecção de fundos comunitários e a criação de “project bonds”, dívida comum emitida pela UE para financiar projectos de investimento, num montante total de 130 mil milhões de euros, ou cerca de 1% do PIB europeu.



O BCE, em reacção aos sinais de agravamento da recessão europeia, desceu as taxas de juro de referência, colocando a principal taxa de cedência de liquidez em 0,75%, e a taxa de depósito em 0%, o que se reflectiu numa descida das taxas de juro de mercado. Ainda assim, o BCE reconhece que estas medidas deverão ter um impacto limitado sobre a economia europeia.

No final de Julho, o Presidente do BCE, numa conferência em Londres, afirmou que o BCE faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e que isso “seria suficiente”. Na reunião de Agosto, foi comunicado que o BCE iria estudar a forma de intervenção, conjuntamente com os fundos europeus de resgate, mas que os países que necessitem dessa intervenção terão que pedir um apoio formal, sujeito a condicionalidade, aos fundos europeus FEEF/MEE.

O Banco Central Europeu anunciou os detalhes do seu programa de aquisição de dívida pública, o “Outright Monetary Transactions”. Este programa visa repor a normalidade no processo de transmissão da política monetária, ao eliminar o risco de convertibilidade que resultou numa subida pronunciada dos spreads da dívida pública de Espanha e Itália. Em termos gerais, a intervenção pelo BCE será precedida de um pedido formal pelos países mais afectados e sujeita a condicionalidade. Cumprida essa formalidade, o BCE intervirá de forma ilimitada sobre os prazos mais curtos da curva de rendimentos (até aos 2 anos).

Para países já sob programas de ajustamento, como é o caso de Portugal, o BCE deixa a possibilidade de intervenção quando o acesso ao mercado se torne uma realidade.

Ao longo de todo o ano, o BCE manteve a cedência ilimitada de liquidez ao sistema bancário europeu, tendo em Janeiro sido realizada a segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, no âmbito da qual o sector tomou fundos no montante de 530 milhares de milhões de euros. No conjunto das duas operações de muito longo prazo foram tomados fundos no montante de 1.019 milhares de milhões de euros.

Uma parte significativa destes fundos foi pedida por motivos de precaução, dado que no início de 2012 havia instituições financeiras com elevados montantes de dívida a vencer durante o ano e os riscos de incapacidade de refinanciamento em mercado eram bastante elevados. Assim, o montante de depósitos junto do BCE foi bastante elevado, de 665 milhares de milhões de euros. A partir de Julho, quando o BCE desceu a taxa de depósito para 0%, o montante depositado na facilidade de depósito reduziu-se para 262 mil milhões de euros, ficando o remanescente depositado enquanto reservas excedentárias.

Este maior volume de depósitos junto do BCE teve como efeitos uma descida pronunciada das taxas de juro de curto prazo. A taxa de juro Eonia, que reflecte a taxa média das operações do overnight realizadas no mercado interbancário europeu, caiu para cerca de 0,07%, enquanto as taxas de juro Euribor, no final do ano, se situavam todas abaixo da taxa refi. A taxa Euribor 3 meses situava-se em 0,187%, no final de 2012, uma descida de 117pb face ao fecho de 2011.



Também nos EUA e no Reino Unido as taxas de juro de curto prazo desceram para mínimos históricos, ante sinais económicos fracos e o compromisso, mais ou menos explícito, pelos bancos centrais de manutenção das taxas de juro de referência nos actuais níveis mínimos até que a economia dê sinais mais concretos de recuperação sustentada.

A elevada volatilidade continuou a dominar a evolução dos principais mercados financeiros, num contexto de elevada aversão ao risco. Em resultado, os mercados financeiros na zona euro fragmentaram-se ainda mais, com uma progressiva “nacionalização”, que impediu, na opinião do BCE, a transmissão da política monetária.

Um reflexo importante ocorreu nos mercados de dívida pública, com um alargamento de spreads de crédito para novos máximos históricos, tendo o respectivo pico ocorrido no Verão, para as taxas de juro espanholas e italianas, quando a incerteza sobre a situação orçamental e financeira atingia o seu clímax.

As declarações do Presidente do BCE, Mario Draghi, em Julho, de que faria o que estivesse dentro do seu mandato para defender o euro, e as subsequentes perspectivas de que o BCE poderia intervir nos mercados de dívida pública, contribuiu de forma marcante para inverter a tendência nos mercados financeiros, com os spreads a corrigirem em baixa.

O alargamento dos spreads reflectiu também a forte procura de dívida pública de mercados “core”, em particular da Alemanha, que, para os prazos mais curtos (até dois anos), chegou a registar taxas de juro negativas.

Os spreads de Portugal face à Alemanha registaram uma evolução diferenciada, tendo atingido o ponto máximo no início do ano, quando da negociação da reestruturação da dívida pública grega, para depois descer de forma gradual e sistemática ao longo do ano. No final de 2012, o spread a 10 anos situava-se abaixo dos 600pb, caindo posteriormente para cerca de 500pb durante o mês de Janeiro de 2013.

As yields portuguesas, no final do ano, situavam-se já abaixo dos verificados em Abril/Maio de 2011, quando do pedido e posterior negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Nos EUA, a evolução das taxas de juro de longo prazo caracterizou-se pela observação de níveis mínimos históricos, em redor de 1,5%. A intervenção da Reserva Federal nos mercados de dívida pública – efectiva e antecipada pelos investidores – continuou a suportar as yields em níveis abaixo dos que seriam consistentes com os elevados défices orçamentais e com a própria dinâmica da dívida pública, que já ultrapassa os 100% do PIB. A aversão ao risco, em especial de activos denominados em euros, e as fracas perspectivas económicas, com inflação controlada, foram factores adicionais de relevo.



A evolução das principais taxas de câmbio continuou a reflectir a percepção pelos investidores quanto aos desenvolvimentos na Europa, no que concerne à crise da dívida soberana.

O euro, durante o Verão, quando a incerteza atingiu o seu ponto mais elevado, caiu para cerca de 1,20 dólares, replicando os mínimos de 2010 (assim como níveis de 2006). Apesar das declarações de Mario Draghi, os investidores continuavam a atribuir uma probabilidade não despreciable de saída da Grécia da zona euro. O foco colocado pelo BCE no OMT, a que acrescem as decisões da UE quanto à União Bancária, permitiu uma recuperação do euro.

O movimento face às demais divisas foi similar, com a libra a cotar no nível mais elevado desde 2008 (nas 0,77 libras por euro), enquanto face ao iene o euro cotou em mínimos absolutos, nos 80 ienes por euro. Este movimento seria também revertido no final do ano. Face ao franco suíço, a cotação manteve-se em redor de 1,2 francos, após a decisão do Banco Nacional da Suíça em fixar uma referência para evitar uma maior apreciação da moeda.

Em termos de taxa de câmbio efectiva (considerando as divisas dos doze principais parceiros comerciais da zona euro), houve uma depreciação para o nível mais fraco desde 2002.

Os mercados accionistas globais registaram uma tendência diferenciada, com a Europa a registar desvalorizações acentuadas, em linha com o agravamento da crise da dívida soberana, enquanto os demais mercados registaram sistematicamente ganhos face ao final de 2011.

No final do ano, e no quadro da diminuição da aversão ao risco, os mercados accionistas fecharam em terreno positivo. Na Europa, e como nos demais mercados financeiros, a inversão ocorreu após o compromisso assumido pelo Presidente do BCE na defesa da União Económica e Monetária Europeia.

Em Portugal, os mercados recuperaram no final do ano, fruto da conjugação de vários factores, a destacar: (i) a conclusão do processo de recapitalização pelos principais bancos do sistema; (ii) a redução das expectativas de extensão ou renegociação do Programa de Ajustamento; (iii) a operação de troca de dívida realizada pelo Tesouro português. Neste âmbito, o sector bancário recuperou dos mínimos verificados durante o segundo trimestre do ano.

A debilidade da procura, no contexto da desaceleração da economia mundial, resultou numa descida dos preços das matérias-primas, face aos máximos que tinham sido registados no ano anterior. O petróleo chegou a cotar abaixo dos 100 dólares por barril, o que não ocorria desde 2010, recuperando posteriormente para o intervalo de 100 a 110 dólares, que manteria até ao final do ano.

O ouro continuou a reflectir o seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, tendo observado os máximos do ano, em redor de 1.800 dólares por onça, no Verão, quando a incerteza sobre a zona euro estava no ponto máximo.



Economia Portuguesa

A actividade económica agravou a conjuntura recessiva em 2012, com o PIB a contrair 3%, no conjunto do ano. Esta evolução esteve em linha com as previsões de consenso, realizadas logo no início do ano, embora os contributos das diferentes componentes da procura agregada acabassem por ser substancialmente diferentes: a contracção da procura interna foi mais pronunciada, especialmente ao nível do consumo privado; as exportações líquidas tiveram um maior contributo para o crescimento económico, fruto de um mais rápido crescimento das exportações para mercados extra-comunitários.

A contracção mais pronunciada do consumo privado reflecte a conjugação de três grandes factores. Por um lado, a subida do desemprego, que terá terminado o ano de 2012 acima de 16%, um máximo histórico absoluto. Em segundo lugar, por uma alteração dos padrões de consumo, decorrentes do aumento do IVA, com as famílias a focarem a sua despesa de consumo em bens mais baratos (como, por exemplo, marcas brancas) e reduzindo o volume de despesa em serviços considerados como não essenciais (por exemplo, alimentação fora de casa). Também a procura de bens de consumo duradouro, em especial de veículos automóveis, registou uma contracção bastante pronunciada. Por último, as famílias aumentaram a poupança por motivos de precaução, mesmo num contexto de redução do rendimento disponível, tendo a taxa de desemprego subido para máximos da década, em 11,2%. O aumento do desemprego e os receios de que uma mais difícil execução orçamental pudesse exigir uma nova sobretaxa sobre um dos subsídios explicam a moderação do consumo.

O investimento, por seu lado, terá continuado a reduzir-se, ainda que de forma diferenciada entre sectores. A despesa de capital em construção continuou a contrair de forma pronunciada, seja pelo cancelamento de grandes projectos de obras públicas (por exemplo, no âmbito da renegociação de contratos de várias PPP pela empresa Estradas de Portugal), seja pela redução da actividade de construção residencial.

O investimento que não em construção, apesar de continuar a contrair, está, no final do ano, a moderar o ritmo de redução.

As tensões nos mercados de crédito, a nível internacional e doméstico, e o agravamento da crise da dívida na zona euro, e subsequente aumento da incerteza quanto às perspectivas de procura, são os principais factores que explicam o adiamento de decisões de expansão da capacidade instalada.

As exportações líquidas continuaram a ser o motor da economia, embora em progressiva desaceleração ao longo do ano. O mencionado agravamento da crise na zona euro está a resultar numa deterioração da conjuntura económica, com a consequente moderação da procura externa. As exportações portuguesas estão a desacelerar, em especial as destinadas à Europa. Por exemplo, as vendas para Espanha caíram cerca de 5%, nos 10 meses até Outubro, mas as exportações totais



crecem 7,1%. Isso reflecte a capacidade das empresas nacionais em procurar mercados de exportação alternativos, sendo especialmente bem-sucedidas no que toca a mercados extra-comunitários (Angola, China, Brasil e Rússia, por exemplo).

Em linha com a tendência recente, o défice comercial tem vindo a reduzir-se de forma sustentada. O Banco de Portugal, no Boletim Económico de Inverno, antecipa que a balança de bens e serviços tenha registado um excedente de 0,3% do PIB já em 2012. Este saldo, no 3T2012, foi já positivo, o que ocorre pela primeira vez desde 1996, e revela que o ajustamento do desequilíbrio externo está a ser muito mais rápido do que o assumido pelo FMI, no cenário base do programa de ajustamento. E este ajustamento é tanto mais notável quanto ocorre sem uma desvalorização cambial, directa ou por via fiscal.

No primeiro trimestre do ano terminou a vertente 3 do Special on-site Inspection Programme ao sistema bancário nacional, conduzido pelo Banco de Portugal juntamente com auditores externos. Esta vertente analisou a qualidade das metodologias e sistemas de stress test utilizados pelos bancos nacionais, concluindo que duas das instituições (entre as quais a Santander Totta SGPS) tiveram avaliação máxima, com metodologias claramente apropriadas.

No final de Janeiro de 2013, foi concluído o programa de recapitalização do sector bancário, que visa o cumprimento dos objectivos mínimos para o rácio Core Tier 1 de 9%, como exigido pela Autoridade Bancária Europeia (a 30 de Junho), bem como de 10% para o final do ano.

O aumento de capital pelas instituições envolvidas foi de 9,3 mil milhões de euros. Uma das instituições recorreu exclusivamente aos seus accionistas, enquanto três acederam à linha de recapitalização de 12 mil milhões de euros estabelecida no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. Uma das instituições terá que apresentar um plano de reestruturação profunda da sua actividade, que assegure a sua viabilidade.

Concluída a sexta avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, pelas três instituições internacionais FMI/CE/BCE, foi reafirmada a conclusão anterior, de que o Programa está em curso e em linha com o esperado.

Conclui a avaliação dizendo que “While downside risks to growth are significant, the program’s macroeconomic framework remains appropriate. (...) Fiscal consolidation efforts are in line with the revised deficit targets for 2012 and 2013. (...) Adequate capital and liquidity buffers have reduced financial stability risks. (...) Following a successful bond exchange, the authorities have intensified their work on preparing the expected return to market financing during 2013. Provided the authorities persevere with strict program implementation, euro area member states have declared they stand ready to support Portugal until full market access is regained”.



Devido aos desafios existentes, a avaliação pelas instituições internacionais concluiu que a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012 exigiria medidas adicionais que poderiam agravar ainda mais a conjuntura recessiva.

Com efeito, os dados da execução orçamental ao longo do ano revelaram uma menor arrecadação fiscal, sobretudo em sede de IVA, reflectindo a menor despesa de consumo pelas famílias, bem como as alterações nos seus hábitos de consumo. Também a maior subida do desemprego (que atingiu o máximo histórico de 15,8% no 3T2012) está a reflectir-se numa subida da despesa pública em prestações sociais às famílias. Ainda assim, a despesa corrente primária está a cair em linha ou mesmo acima do previsto.

Neste contexto, as metas orçamentais foram revistas em alta, com o novo objectivo de défice para 2012 a fixar-se em 5,0% do PIB (mas dependente de medidas extraordinárias do lado da receita, como a concessão do serviço aeroportuário à ANA, no montante de 1pp do PIB). Para 2013, a meta orçamental é agora de 4,5% do PIB (um aumento de 2pp do PIB) e a meta de 2,5% deve ser alcançada em 2014.

O Governo comprometeu-se com as instituições internacionais apresentar um plano de redução da despesa corrente do Estado em cerca de 4 mil milhões de euros, de forma permanente, o que contribuiria de forma significativa para assegurar um saldo primário excedentário.

Ao nível dos critérios de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento junto do BCE, o Banco de Portugal tomou duas decisões: (i) ao nível dos créditos individuais, baixar o montante mínimo para 100 mil euros (antes, 500 mil euros) e aumentar a probabilidade de default (PD) associada, para 1,5% (de 0,4%); e (ii) aceitar pools homogéneas de créditos, sem necessidade de rating (através da criação de securitizações sintéticas).

Estas medidas foram muito importantes na conjuntura em que a República via o seu rating revisto para o nível de “speculative grade” (afectando também os bancos), na medida em que separa a capacidade de financiamento junto do BCE, da actuação das agências de rating. Caso esta medida não tivesse sido adoptada, existiria o risco de várias titularizações perderem a elegibilidade, comprometendo o financiamento da economia portuguesa.

Os spreads de crédito estreitaram de forma pronunciada ao longo de todo o ano, mas em especial a partir da Primavera. Essa evolução reflectiu a maior redução das taxas de juro de longo prazo portuguesas, já que as yields alemãs desceram também para mínimos históricos. No prazo dos 10 anos, a yield da OT portuguesa caiu, já no início de 2013, abaixo dos 6%, o nível mais baixo desde o final de 2010, ainda antes do pedido de assistência económica e financeira (em Maio de 2011).

Ao longo do ano, o Tesouro Português manteve a sua presença nos mercados de dívida de curto prazo, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, cuja maturidade máxima foi ampliada até 18



meses. A procura, ainda que sobretudo oriunda de investidores nacionais, permaneceu suportada, e as taxas de juro de colocação desceram, para 2,2% a 6 meses e 2,99% a 18 meses.

O Tesouro, realizou, em Outubro, uma operação de troca de dívida pública, pela qual trocou 3,8 mil milhões de euros da série OT Setembro 2013 por igual montante da série OT Outubro 2015. Esta operação revelou que há investidores disponíveis para manter a sua carteira de dívida pública portuguesa e, adicionalmente, em estender as maturidades.

Já em Janeiro de 2013, a República efectuou o regresso aos mercados financeiros, com a emissão de 2,5 mil milhões de euros, a 5 anos, à taxa de juro de 4,891%. Tratou-se de uma operação bem-sucedida, que ocorreu mais cedo do que o antecipado pelo consenso, e que, contrariamente à visão de alguns investidores, revela que, fruto do ajustamento já realizado, incluindo ao nível do desequilíbrio externo, a percepção do risco da República é menor.

Isto ocorre apesar de, no início de 2012, a agência de notação de crédito Moody's ter revisto em baixa o rating da República para Ba3, no nível de "high yield", e a Standard and Poor's ter revisto o rating para BB, no âmbito das revisões de ratings dos soberanos europeus.

As medidas adoptadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, em termos de novas regras de colateral, minimizam o impacto destas revisões em baixa do rating da República e dos bancos na capacidade de financiamento junto do BCE.

O financiamento obtido pelo sistema financeiro português junto do BCE era de 53 mil milhões de euros, no final do ano, após um pico em 60 mil milhões, no segundo trimestre (que ocorreu na segunda operação de cedência de liquidez a 3 anos, em Fevereiro, e foi realizado por várias instituições não domésticas, que substituíram as linhas que tinham junto das respectivas casas-mãe). Corrigindo dos depósitos junto do BCE, o financiamento líquido no final de 2012 era de 44,5 mil milhões de euros, que compara com 40,2 mil milhões no final de 2011.

O ritmo de desalavancagem do sector bancário abrandou no primeiro semestre de 2012, depois de uma maior redução do rácio crédito/depósitos ocorrida no segundo semestre de 2011. As alterações nas regras de colateral e a flexibilização do rácio, que passou a ser indicativo, contribuíram para esta moderação.

O crescimento dos depósitos manteve-se sustentado, embora os bancos tenham passado a gerir noutros moldes o ritmo da sua captação, para proteger a margem financeira. Também as novas regras do Banco de Portugal quanto aos spreads máximos praticáveis nos depósitos, e que conduziram a uma descida das taxas de juro, contribuíram para esta alteração.

O crédito continuou a contrair, em especial ao nível do crédito a empresas, mas associado também a uma redução dos depósitos das mesmas, o que pode sinalizar, a este nível, a liquidação de créditos num quadro de spreads de crédito elevados. A nova produção de crédito hipotecário caiu para



mínimos históricos, em redor de 150 milhões de euros por mês, sendo insuficiente para repor o crédito que amortiza regularmente.

Principais Riscos e Incertezas para 2013

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade em 2012 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas económicas e financeiras na zona euro. A actividade económica deve permanecer em terreno recessivo até ao segundo trimestre, devido ao impacto das medidas de consolidação orçamental implementadas em alguns países (Itália, França e Espanha), e que devem ter também efeitos de contágio à Alemanha.

A execução orçamental nos primeiros meses do ano será determinante para afastar os receios de uma espiral de desvios orçamentais que exijam novas medidas e agravem o cenário recessivo.

Por outro lado, a incerteza sobre a estabilidade da zona euro deve permanecer elevada, pelo menos até à clarificação das condições económicas e financeiras na Grécia. O acordo quanto à reestruturação da dívida deve estar implementado até ao final do primeiro trimestre e poderá ter algum contágio quanto a expectativas de mercado de que outro país em ajustamento tenha que adoptar idêntica medida.

A assinatura expedita do novo acordo intergovernamental acordado na Cimeira de 5 de Dezembro e a entrada em funcionamento do novo Mecanismo de Estabilidade Financeira, em Julho, poderão contribuir para a redução da incerteza institucional.

Ainda a nível internacional, a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas estende-se a outros países, como os EUA. Apesar da recente decisão de elevação do limite da dívida, as perspectivas de lenta redução do défice serão um tema recorrente a afectar o sentimento de mercado. As previsões de crescimento mais sólido e baixas das taxas de juro de longo prazo parecem insuficientes para impedir que a dinâmica da dívida pública continua insustentável, devido aos elevados défices primários. A situação orçamental dos Estados e municípios é um factor de risco adicional.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com o estrito cumprimento das medidas de condicionalidade previstas no Memorando de Entendimento, que serão alvo de avaliação trimestral por parte das instituições internacionais. O Governo reforçou as medidas visando cumprir a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012, devendo agir ao nível da despesa logo nos primeiros meses do ano, para precaver-se contra eventuais riscos associados ao impacto da contracção económica sobre a receita fiscal.

Ao nível do sector financeiro, os riscos prendem-se com o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento. Em 2011, a desalavancagem foi realizada sobretudo



através da captação de depósitos. Caso essa tendência não possa ser continuada, há riscos de maior contracção do crédito. Por outro lado, o ciclo económico terá impacto ao nível do incumprimento e, conseqüentemente, surge como factor de risco para o cumprimento da meta de 10% para o rácio de Core Tier 1, em 2012, sendo que os bancos nacionais terão também que cobrir as necessidades de capital encontradas no âmbito do exercício de testes de esforço realizados pela EBA.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, são fundamentais para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, acções, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento colectivo, depósitos bancários, outros activos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a acções ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

As aplicações do Fundo serão realizadas com maior incidência na classe de obrigações. Esta classe abrange os títulos de dívida pública ou privada, de taxa fixa ou de taxa variável, obrigações indexadas à inflação, títulos de participação e outros instrumentos representativos de dívida, bem como as unidades de participação em organismos de investimento colectivo que detinham, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, directa ou indirectamente, em obrigações. Tendo a Sociedade Gestora como objectivo seleccionar os emittentes de acordo com certos padrões de risco.

Assim:

- O investimento em obrigações de emittentes de mercados emergentes, não deverá ser superior a 5% do valor do fundo e será preferencialmente denominado em Euros;
- O investimento em obrigações diversas deverá seguir a prudência adequada ao perfil do fundo. No caso de emittentes internacionais serão privilegiados os com notação de risco mínima de BBB- (investment grade) e, no caso de emittentes nacionais, serão privilegiadas, designadamente, empresas cotadas, grandes empresas ou empresas participadas pelo Estado.
- As emissões internacionais com rating inferior a BBB-, não deverão exceder 15% do valor global do Fundo.



- Para notas estruturadas emitidas sem rating será considerado o rating do subjacente. No caso de notas colateralizadas será considerado o rating mínimo entre o colateral e o activo subjacente. No caso de um cabaz de subjacentes será considerado o rating médio ponderado.

A classe de acções engloba o investimento entre acções, organismos de investimento colectivo que detinham, pelo menos 2/3 do seu valor líquido global investido, directa ou indirectamente, em acções, obrigações convertíveis ou que confirmam o direito à subscrição de acções, futuros, nomeadamente sobre acções ou índices de acções, warrants autónomos e opções.

O investimento nos referidos contratos de futuros e de opções, em termos de exposição ao risco, tomando por base o valor nominal dos contratos no caso do primeiro, e pelo delta, no caso dos segundos, não poderá ser superior ao previsto se o investimento fosse efectuado directamente nos mercados accionistas.

A Liquidez contempla o numerário, os depósitos bancários e outros activos de natureza monetária, e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo, nomeadamente os bilhetes do Tesouro, certificados de depósito e papel comercial.

O Imobiliário compreende as aplicações em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários e de empréstimos aos participantes do Fundo, acções de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. O investimento em activos imobiliários directos não poderá representar mais de 10% do património do fundo, estando o investimento em fundos imobiliários externos limitado a 5%.

Os terrenos e edifícios detidos pelo Fundo não podem ser de exploração industrial nem ter uma vocação de tal forma específica que torne difícil a sua venda pelo fundo.

O fundo poderá investir em unidades de participação de fundos de investimento imobiliário, incluindo fundos geridos por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade gestora

No final do período em análise, o Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, S.A., tal como definido na sua política de investimento e com o objectivo de apresentar uma carteira conservadora, apresentava uma carteira diversificada, composta por Obrigações de Taxa Indexada e de Taxa Fixa (cerca de 41% do total dos activos do Fundo), Imobiliário (indicativamente, cerca de 36,9% do Fundo), e por uma componente de maior risco (classe accionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) que representava, indicativamente, 14,6% da carteira.

Em 31 de Dezembro de 2012 não se encontravam a ser cumpridos os seguintes limites:



	Limite Máximo	Limite a 31.12.2012
Limite de Investimento em Activos Imobiliários	25%	36,93%
Limite de Investimento em Activos Imobiliários Externos	5%	9,06%
	Limite Mínimo	Limite a 31.12.2012
Limite de Investimento em Obrigações Taxa Variável	20%	8,93%

Por consequência dos impactos decorrentes da transferência para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, conforme disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, foi submetido ao organismo regulador (Instituto de Seguros de Portugal), um plano de regularização das situações de incumprimento.

Benchmark

De acordo com a política de investimento, serão definidos, para cada classe de activos, os seguintes benchmarks e limites de investimento:

Classe de Activos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Liquidez	5	0-15
Imobiliário	15	5-25
Obrigações Taxa Fixa	20	0-40
Obrigações Taxa Variável	40	20-60
Commodities	0	0-5
Acções	20	0-35
Alternativos	0	0-10
TOTAL	100	

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- Risco de Rendimento:
 - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:



- Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.



Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.
- Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Performance

Nos últimos 3 anos, a rentabilidade e o risco do Fundo foram as seguintes:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-1,91%	9,43%	3
2011	-21,24%	14,66%	4
2012	7,64%	4,22%	2



Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

* Risco medido pelo Desvio Padrão anualizado (o desvio padrão é uma medida estatística que avalia a dispersão dos dados, ou seja, reflecte a amplitude das flutuações da Unidade de Participação).

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 31 de Dezembro de 2012, era de 784 936 594 €.

Valor da quota-parte do Fundo afecta

O valor total da carteira do Fundo é afecto ao Banco Santander Totta, S.A.

Valor actual das responsabilidades passadas

O valor actual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 774 120 000 €.

Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 101.39%.

Eventos relevantes do exercício

No exercício de 2012 é de destacar o seguinte acontecimento:

- Transferência das responsabilidades das pensões em pagamentos com reformados do Banco Santander Totta para o Estado em 31 de Dezembro de 2011.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 2013



II. Demonstrações Financeiras

1. Demonstração da Posição Financeira

Notas	Descrição	31.12.12	31.12.11
	Activo		
	Investimentos		
5	Títulos de Crédito do Estado	131 302 559	34 775 569
5	Obrigações de Entidades Privadas	173 094 974	343 523 609
5	Fundos de Investimento Imobiliário	221 461 649	222 338 517
5	Fundos Investimento Mobiliário	150 809 489	139 059 483
5	Acções	152 368	152 368
6	Imóveis	68 423 990	86 701 277
	Tesouraria		
	Depósitos à Ordem	17 676 201	118 960 418
	Outros depósitos	1 260 454	5 654 586
	Depósitos a prazo	15 000 000	
	Devedores Gerais		
	Estado	494 879	381 574
	Corretores		
	Outros Devedores		640 000
	Acréscimos e Diferimentos		
8	Juros a Receber	5 219 129	7 455 064
6	Rendas a Receber	401 640	514 219
	Outros	5	5
	Total Activo	785 297 337	960 156 689
	Passivo		
	Credores Gerais		
	Entidade Gestora	(307 755)	(242 654)
	Corretores		
	Estado		
	Outros Credores	(52 988)	(201 669 831)
	Pensões a pagar vencidas		
	Acréscimos e Diferimentos		
	Outros acréscimos custos		
	Total Passivo	(360 743)	(201 912 485)
	Valor do Fundo	784 936 594	758 244 204
	Valor do Fundo - Passivo	785 297 337	960 156 689



2. Demonstração de Resultados

Notas	Demonstração de Resultados	31.12.12	31.12.11
	Acréscimos no Valor do Fundo		
11	Contribuições	12 653 007	247 315 842
9	Rendimentos de Aplicações	21 985 349	59 655 751
9	Ganhos em Aplicações	80 480 160	309 297 515
13	Outras Receitas	157 218	801 763
	Decréscimos no Valor do Fundo		
13	Prémios Seguros	852 000	658 911
12	Pensões e Capitais Vencidos	42 504 920	532 451 007
10	Comissões de Gestão e de Depósito	1 788 737	2 475 797
	Comissões de Mediação	69 748	2 069 466
9	Perdas em Aplicações	42 160 529	634 059 703
13	Outras Despesas	1 207 408	
	Resultado Líquido	26 692 391	(554 644 011)



3. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	8 900 000	245 000 000
Contribuições dos participantes/beneficiários	2 301 693	2 315 749
Transferências	1 451 314	-
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(35 518 226)	(69 294 432)
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		
Capitais vencidos (Remições / vencimentos)		
Transferências	(204 171 084)	(251 939 916)
Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte	(6 986 694)	(7 045 575)
Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte	(844 474)	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo	157 218	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo		-
Reembolsos fora das situações legalmente previstas		-
Devolução por excesso de financiamento		-
Remunerações		
Remunerações de gestão	(1 540 960)	(1 518 892)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	-	-
Outros rendimentos e ganhos		398 050
Outras despesas	(370 823)	-
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	(236 622 036)	(82 085 016)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação / reembolso dos investimentos	363 908 653	1 483 000 532
Rendimentos dos investimentos	27 088 346	50 764 397
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(243 849 522)	(1 522 532 970)
Comissões de transacção e mediação	(20 936)	(2 069 466)
Outros gastos com investimentos	(1 182 852)	-
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimer	145 943 688	9 162 493
Variações de caixa e seus equivalentes	(90 678 348)	(72 922 523)
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	-	-
Caixa no início do período de reporte	124 615 003	197 537 526
Caixa no fim do período de reporte	33 936 655	124 615 003



III. Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados

1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Colectivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Banco Santander Totta, adiante designado por Fundo, foi constituído em 30 de Dezembro de 1988 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O plano de Pensões de Benefício Definido dos colaboradores do Banco Santander Totta, segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). O plano de Pensões do Banco Santander Totta não é um plano contributivo, uma vez que as contribuições efectuadas decorrem do estabelecido no ACT.

As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:

- Elegibilidade: Todos os funcionários que pertençam ao quadro de pessoal efectivo admitidos no sector bancário;
- Coberturas: Invalidez, invalidez presumível e sobrevivência;
- Tempo de serviço pensionável: Número de anos e meses ao serviço da banca;
- Salário pensionável: Última retribuição mensal que inclui o vencimento base e diuturnidades;
- Pensão de invalidez e invalidez presumível: Calculada de acordo com o estabelecido no ACT, mas considerando os períodos e percentagens fixadas no ACT aplicáveis ao salário pensionável (sem diuturnidades). As diuturnidades serão posteriormente adicionadas à pensão nos mesmos termos em que são calculadas no ACT;
- Pensão de sobrevivência: Em caso de morte do participante enquanto activo, a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades); Em caso de morte de um reformado a pensão será igual a 40% do salário pensionável (excluindo diuturnidades) a que o reformado teria direito se tivesse activo, na data da morte.
- O plano de pensões prevê a existência de direitos adquiridos de acordo com a cláusula 140º do ACT do Sector Bancário;
- A actualização das pensões é efectuada por decisão do Banco Santander Totta e com referência ao estipulado na tabela ACT. O associado assume o pagamento de qualquer contribuição extraordinária para fazer face à referida actualização de pensões;
- SAMS - De acordo com o estipulado no ACT o associado efectua a contribuição de 6,5%, sobre a retribuição mínima mensal de todos os colaboradores, para o SAMS, entidade autónoma gerida pelo Sindicato;



- Subsídio por morte: O subsídio por morte Ségur o estipulado no regime geral da Segurança Social (seis vezes o valor da retribuição mensal efectiva, ou pensão de doença ou invalidez, conforme o que se mostre mais favorável ao beneficiário).

2. Alterações ocorridas em 2012

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

No final de 2011, o Banco acordou com o Governo a transferência para o Estado de responsabilidades associadas a pensões em pagamento, conforme estabelecido no Decreto-Lei 127/2011, de 31 de Dezembro. De acordo com a referida legislação, apenas foram transferidas para o Estado as responsabilidades com pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011 previstas no regime de segurança social substitutivo, constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (o que decorre da aplicação do ACT do Sector Bancário).

O Banco, através do seu Fundo de Pensões, mantém a responsabilidade por possíveis actualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 - R de 6 de Julho de 1995 do Instituto de Seguros de Portugal com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 8/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 10/2002 - R de 7 Maio de 2002 e 7/2007 – R de 17 de Maio de 2007, as quais prevêem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de Dezembro de cada ano.
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respectiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efectivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;



- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efectuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo. Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transacção, pelo valor efectivo de aquisição.

A avaliação dos activos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 – R de 28 de Junho de 2007, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos activos:

- Os activos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respectivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes activos não tenham sido transaccionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transacção efectuada, são equiparados a activos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.
- Os activos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de activos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.

Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflecta o seu presumível



valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.

Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do activo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os activos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respectivamente.

4. Regime Fiscal

Em sede de IRC

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transacções, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efectuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;
- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

Em sede de IVA



- Rendimentos Prediais - Isenção dos termos n.º 29 do artigo 9.º do CIVA (possibilidade de renúncia à isenção de IVA).

Em sede de IMT

- Estão isentas de IMT as aquisições de imóveis dos Fundos de Pensões e equiparáveis que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional (artigo 49.º do EBF).

Em sede de IMI

- São isentos de IMI os prédios integrados em Fundo de Pensões constituídos de acordo com a legislação nacional (artigo 49.º do EBF).

5. Inventário de Investimentos

A carteira do Fundo é composta Acções, Obrigações e Unidades de Participação em 31 de Dezembro de 2012, num total de investimentos de 676 668 670 €, os quais incorporavam o valor de juros decorridos de 4 819 710 €. A carteira de investimentos em activos decompunha-se da seguinte forma:

Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Acções					
B.Santander Totta SA	152 368			152 368	-
Total Acções	152 368	-	-	152 368	-
Obrigações					
<u>Títulos de Crédito do Estado</u>					
OT 4.8% 15/06/2020	46 515 233		(1 990 752)	44 524 481	1 304 240
SPGB 3% 30/4/15	14 995 800		(80 250)	14 915 550	303 288
SGLT 0% 13/12/2013	14 707 569		(52 479)	14 655 090	-
PGB 4.2% 15/10/2016	14 455 000		(663 600)	13 791 400	125 655
SPGB 5.85% 31/01/22	11 174 820	166 730		11 341 550	592 373
FADE 5.9% 17/03/2021	9 395 000	213 300		9 608 300	443 473
SGLT 0% 21/06/2013	7 696 612	238 716		7 935 328	-
PORTB 0% 19/07/2013	7 267 666	156 164		7 423 830	-
SPGB 5.9% 30/07/2026	6 553 890	553 140		7 107 030	175 384
	132 761 591	1 328 050	(2 787 081)	131 302 559	2 944 411
<u>Obrigações de Entidades Privadas</u>					
CELBI Float 02/15	24 750 000		(3 675 000)	21 075 000	153 300
Depha Bank 17/08/15	15 396 000	604 650		16 000 650	101 719
BBVA4.592 Perp 09/16	15 787 500		(1 052 500)	14 735 000	294 156
JPM Mai 16 TARN	7 437 900	1 986 100		9 424 000	-
Portel 4.125%08/2014	7 297 500	361 875		7 659 375	105 927
UABS Oct 2013 (S 7)	7 002 751	16 106		7 018 858	-
FADE 4% 17/12/15	6 976 550	31 220		7 007 770	11 507
BESPL 3% 19/05/2015	6 913 250	76 250		6 989 500	24 945



Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
Santan 4.625% 03/16	5 991 120	263 640		6 254 760	77 548
CGD 4.375% 13/05/13	6 058 220	141 780		6 200 000	172 885
Corsair Frn 20/06/17	8 017 230		(1 956 285)	6 060 945	964
MTNA 9.375% 06/2016	5 830 680	169 820		6 000 500	271 720
Portel 5.875% 04/18	5 654 870	243 318		5 898 188	69 544
Xenon Capital 12/44	22 452 760		(16 776 760)	5 676 000	-
CXGD 5,625% 4/12/15	5 481 520	155 980		5 637 500	23 733
City Vol Jul 17	5 148 420	155 290		5 303 710	76 509
CXGD 5.125% 19/02/14	5 270 500		(195 500)	5 075 000	221 755
EDP 3.25% 16/03/2015	4 949 000	56 000		5 005 000	129 555
AYTCedulas 4.5 12/13	4 862 500	90 100		4 952 600	17 260
BRCORO 6.875% 04/18	3 980 040	229 960		4 210 000	68 562
Kommunal kredit 4/16	3 356 360	118 040		3 474 400	-
BESPL 5,875% 9/11/15	2 989 950	92 850		3 082 800	26 075
Eirles altis 12/2016	2 854 652		(61 991)	2 792 661	572
BAC Float 30/05/2014	2 616 625	104 555		2 721 180	1 193
SRGIM 3.5% 2/20	1 793 628	85 590		1 879 218	8 458
XENON Capital 2016	1 970 400		(360 400)	1 610 000	11 965
AEMSPA 4.5% 28/11/19	1 296 334	53 950		1 350 284	5 449
Eirles2-334 10/04/46	83 561 940		(83 561 865)	75	-
Somec/94	-			-	-
Somec/92	-			-	-
	275 698 200	5 037 074	(107 640 301)	173 094 974	1 875 299
Total Obrigações	408 459 791	6 365 124	(110 427 382)	304 397 533	4 819 710
Unidades de Participação					
<u>Fundos Investimento Mobiliário</u>					
Ishares Euro Stoxx50	57 373 800	794 200		58 168 000	-
Lyxor ETF MSCI Europ	40 048 628		(1 241 528)	38 807 100	-
MultiObrigações	13 317 185	573 442		13 890 627	-
Sant.Acções Europa	14 000 000		(1 653 992)	12 346 008	-
GS DJUBS E Str Port	13 275 000		(1 887 915)	11 387 085	-
Sant.Acções Portugal	5 935 553		(990 867)	4 944 685	-
Explorer - II	4 608 678		(891 978)	3 716 700	-
Carteira Alternativa	2 059 746	95 726		2 155 472	-
Luso Carbon Fund	2 500 000		(707 876)	1 792 124	-
TII C	1 660 000	9 960		1 669 960	-
Explorer - III CL B	14 086 478		(12 734 078)	1 352 400	-
PVCI	629 205		(242 012)	387 193	-
F-HÍTEC	2 272 307		(2 139 678)	132 629	-
Amaranth Int.Ltd.-A	101 179		(67 219)	33 960	-
Fundo Bem Comum, FCR	22 000			22 000	-
King Street CL A S 5	3 993		(566)	3 427	-
King Street CL S s.7	407		(325)	82	-
King Street CL S s20	-	10		10	-
King Street CL S s18	2	7		9	-
Kingstreet S Ser 13	-	8		8	-
Kingstreet S Ser 14	46		(41)	5	-
King Street CALS S 9	1	0		2	-
Lux Invest Plus - B	2 355 382		(2 355 382)	0	-
	174 249 590	1 473 353	(24 913 455)	150 809 489	-



Descrição dos títulos	Preço Aquisição	Mais Valia	Menos Valia	Valor Carteira	Juros Decorridos
<u>Fundos de Investimento Imobiliário</u>					
Fundo Lusinvest	70 190 483	1 229 981		71 420 464	-
Novinvest Up Bruta	52 692 596	5 054 473		57 747 069	-
FII - Imosocial	19 740 584	2 429 103		22 169 686	-
ImoRecuperação	19 437 322	1 727 538		21 164 860	-
PREFE Real Estate C	21 473 574		(3 457 296)	18 016 278	-
F.I.Imob. Maxirent	12 221 569	3 154 485		15 376 054	-
Logística e Distrib.	7 191 712		(272)	7 191 440	-
F.IIF Imosaúde	3 910 291	425 960		4 336 251	-
Vision Escritórios	5 224 803		(1 952 778)	3 272 025	-
Ibéria FEI Imobiliár	4 506 086		(3 738 565)	767 521	-
	216 589 020	14 021 539	(9 148 910)	221 461 649	-
Total Unidades de Participação	390 838 609	15 494 892	(34 062 364)	372 271 137	-
Total carteira de títulos	799 298 400	21 860 016	(144 489 746)	676 668 670	4 819 710

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira e respeitam ao seu apuramento desde a data de aquisição dos mesmos.

6. Imóveis

O Fundo detém na sua carteira investimentos imóveis, avaliados em 68 423 990 €. Durante o exercício de 2012, foi gerada uma menos valia (líquida) proveniente das avaliações efectuadas no valor de 1 277 287 €.

Imóvel	Valor 31.12.12	Valor 31.12.11	Valias exercício 2012	
			Valia avaliação	Valia Alienação
R. Rangel de Lima, Loja B	61 300	93 000	(31 700)	
R. Rangel de Lima, Loja A	56 000	83 000	(27 000)	
R dr. Sebastião Alcântara, R/C	114 200	177 000	(62 800)	
Av. Drapeil e Av dos Correios - Esmoriz	205 300	225 000	(19 700)	
Av. Camilo Tavares de Matos n.º 131	270 100	304 000	(33 900)	
Terreno Troia (Melides - Grândola)	860 000	1 852 000	(992 000)	
Avenida Arriaga n.º 75 3º	921 500	1 031 687	(110 187)	
R.Conde Redondo, 79	0	17 000 000		100 000
Total	68 423 990	86 701 277	(1 277 287)	100 000

A tabela abaixo sintetiza, por imóvel, quais os métodos utilizados na avaliação dos mesmos durante o exercício, bem como o ano da última avaliação realizada.



Imóvel	Valor 31.12.12	Avaliação	
		Ano*	Método Avaliação**
Rua 4 de infantaria 47/47A e R. Correia Teles 18	500 000	2011	Método Comparativo
R. Rangel de Lima, Loja B	61 300	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
R. Rangel de Lima, Loja A	56 000	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
R dr. Sebastião Alcântara, R/C	114 200	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Av. Draveil e Av dos Correios - Esmoriz	205 300	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Av. Camilo Tavares de Matos n.º 131	270 100	2012	Método Comparativo e Método do Rendimento
Centro Totta B FrCB - Piso -4 dto	701 369	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCC - Piso -3 dto	572 801	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCD - Piso -3 tardo	859 319	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCF - Piso -1 dto	859 319	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCG - r/cdto	636 442	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCP - 7º	3 627 729	2011	Método Comparativo
Centro Totta B FrCQ - 8º	3 723 196	2011	Método Comparativo
Centro Totta A FrCR - r/cdto	390 362	2011	Método Comparativo
Centro Totta A FrCT - r/cesq	390 362	2011	Método Comparativo
Centro Totta A FrCV - 2º	3 637 690	2011	Método Comparativo
Quinta do Simão- EN nº 16 (zona industrial)	278 000	2011	Método Comparativo (ou de Mercado)
Rua da Figueira da Foz nº 116- loja 2 -	309 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Rua Adelino Amaro da Costa, nº 304	469 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Rua Dr Florindo Toscano, nº 145- Fração DI	424 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
R. Augusto Sias - Urb. Paraíso	152 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Av. Eng. Adelino Amaro da Costa (Loja)	252 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
R. Cândido Reis n.º 178 e 182 - Fração A	267 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
R. Cândido Reis n.º 178 e 182 - Fração B	251 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Loja Pombal Fração B	390 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Rua Horta de S. Pedro Lote 16 Loja 4	92 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Rua Horta de S. Pedro Lote 16 Loja 5	347 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
R. Augusto Nogueira Silva e R. Igreja -	477 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Av. José Estevão - B C	213 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Terreno Troia (Melides - Grândola)	860 000	2012	Método do Custo, de Mercado e de Rendimento (Valor Residual)
Avenida Alfredo da Silva, nº 32	514 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Praça da República, nº 49 e 49A	236 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Av. Gago Coutinho, Lote 1, Galiza	545 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Rua Dr. Antonio Elvas, nº 88	553 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
EN 11, nº 3 a 7	360 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Rua D. Maria II, nº 2	704 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento

Relatório Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012



Imóvel	Valor 31.12.12	Avaliação	
		Ano*	Método Avaliação**
Rua de timor, Lote 120, Olival Basto	310 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Rua Mário Graça, n° 13 a 19	446 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Av. Miguel Bombarda, n°108	450 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Largo da Quinta Grande, n°13	350 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Largo da Republica, n° 1 a 7	271 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Avenida Arriaga n° 75 3°	921 500	2012	Métodos do Custo, Rendimento e comparativo
Rua Bernardo Francisco Costa, n°4	670 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Av. Dr. Aresta Branco n° 17 C	338 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Estrada de Benfica n° 402	700 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Rua Santana à Lapa, n° 150	760 000	2011	Média aprox. entre o Método Comparativo e o Método do Rendimento
Vale do Crevo	575 000	2011	Método Comparativo (ou de Mercado)
R .Alportel/R.Sol	5 010 000	2010	Método do Rendimento e Método Comparativo
Av.Casal Ribeiro	13 300 000	2010	Método do Rendimento e Método Comparativo
Pr. H. Delgado	18 460 000	2010	Método do Rendimento e Método Comparativo
Rua Serpa Pinto, n° 143 - Edifício do Elétrico	375 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Av. João Crisóstomo, n° 10, 10 A	1 189 000	2010	Método Comparativo (ou de Mercado)
Total	68 423 990		

Os imóveis detidos pelo Fundo geraram Rendimentos sob forma de rendas no valor total de 5 873 018 €, tendo sido diferidas as rendas de referentes ao mês de Janeiro de 2013, no valor de 401 640 €, as quais foram recebidas em Dezembro de 2012.

7. Riscos associados à carteira de investimentos

- Risco de Rendimento

- O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;



-
- O fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
 - Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
 - Risco de Taxa de Juro
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.
 - Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
 - Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os activos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
 - Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos activos fundo.
 - Risco de conflitos de interesse



- O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Objectivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco. Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da actividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspectiva global como dentro de cada área de actividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos activos dos fundos distribuídos por classe de activos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os activos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rendibilidade do Fundo e respectiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas correctivas, assim como a concentração do património por tipo de activos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.



- Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de Dezembro de 2012 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado accionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;
- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Impacto no Fundo (pb)	Alteração Taxa de câmbio EUR/ USD		Alteração Preço Acções		Alteração Preço Mercado Imobiliário		Alteração Spreads Crédito		Deslocação Paralela Taxas de Juro	
	15%	-15%	30%	-30%	10%	-10%	100 pb	(100) pb	100 pb	(100) pb
	2012	N/A	N/A	437	(437)	370	(370)	(139)	139	(167)
2011	N/A	N/A	430	(430)	408	(408)	(371)	371	(284)	284

8. Acréscimos e diferimentos – Juros a receber

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011:

Descrição		31.12.12	31.12.11
Juros Carteira de títulos	Nota 5	4 819 710	7 393 757
Depositos a prazo		56 096	-
Depositos à ordem	-	343 323	61 307
TOTAL		5 219 129	7 455 064

9. Rendimentos - Gastos e Ganhos - Perdas

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos e Gastos e os Ganhos e Perdas reconhecidos durante o ano 2012.



Rendimentos e Ganhos	Ganhos		Rendimentos	31.12.12	31.12.11
	Mais Valia				
	Potencial	Realizada			
Ações	-	-	-	-	37 020
Imóveis	-	100 000	5 873 018	5 973 018	6 692 039
Obrigações	29 983 851	14 838 149	11 424 514	56 246 514	56 989 665
Depósitos	-	-	1 232 534	1 232 534	2 240 166
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Derivados	-	9 244 000	-	9 244 000	289 569 973
Unidades de participação	19 425 955	6 884 073	3 455 283	29 765 311	13 260 752
Outros	-	4 132	-	4 132	163 651
Total	49 409 806	31 070 354	21 985 349	102 465 508	368 953 266

Gastos e Perdas	Perdas		Gastos	31.12.12	31.12.11
	Menos Valia				
	Potencial	Realizada			
Ações	1 277 287	-	-	1 277 287	1 041 910
Imóveis	-	-	-	-	-
Obrigações	12 709 655	13 588 056	-	26 297 711	99 479 177
Depósitos	-	-	-	-	-
Papel Comercial	-	-	-	-	-
Derivados	-	8 398 000	-	8 398 000	490 473 544
Unidades de participação	6 182 391	1	-	6 182 391	41 412 410
Outros	-	5 139	-	5 139	1 652 662
Total	20 169 333	21 991 196	-	42 160 529	634 059 703

10. Comissões

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respectivo Regulamento de Gestão do Fundo.

Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2012, bem como o método de cálculo definido no respectivo regulamento.

Comissão	31.12.12	31.12.11	Método de Cálculo
Gestão	1 606 061	2 178 211	0,18% (anual) sobre o Valor Médio da Carteira (média aritmética das valorizações da carteira do Fundo referentes ao último dia de cada mês) no final de cada trimestre.
Taxa ISP	5 403	118 710	
Estudo Actuarial	160 818	148 500	
Custos de Auditoria	16 455	30 375	
Total	1 788 738	2 475 796	



11. Contribuições

Durante o ano 2012 foram efectuadas contribuições para o Fundo no valor de 12 653 007 €, abaixo discriminadas. As contribuições efectuadas decorrem do que está definido nos termos do ACT.

Contribuições	31.12.12	31.12.11
Contribuições participantes	2 296 451	2 311 582
Contribuição Servico Militar	5 242	4 167
Contribuicao SAMS	3 800 000	0
Contribuicao Associados	5 100 000	0
Contribuicoes Extraordinária	1 451 314	245 000 000
Total	12 653 007	247 315 749

12. Benefícios Pagos

Foram pagos benefícios no valor de 41 009 042 € durante o exercício, tal como discriminado na tabela abaixo.

Pensões	31.12.12	31.12.11
Reformas	34 017 871	69 291 715
Subsídio de Morte	95 586	142 533
SAMS	6 891 108	6 903 042
Servico Militar	4 477	2 717
Sub-total	41 009 042	76 340 007
Transferência IGTS	1 495 878	456 111 000
Total	42 504 920	532 451 007

Em 2011, esta rubrica integrava cerca de 456 111 000 € referente à transmissão para o Estado Português de activos na parte afecta à satisfação das responsabilidades pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, a qual foi efectuada ao abrigo do disposto no Decreto-Lei 127/2011 de 31 de Dezembro.

Conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de Janeiro, os trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, passaram a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, mantendo o Banco, através do seu Fundo de Pensões, a responsabilidade por possíveis actualizações futuras do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões e reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social. Também o pagamento de pensões de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador, mantém-se como responsabilidade do Fundo, assim como a pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012. Deste modo, o valor das pensões em pagamento apresenta uma diminuição significativa face ao exercício anterior.



13. Outras Receitas e Despesas

As receitas provenientes das apólices de seguro constituídas a favor do Fundo de Pensões encontram-se incluídas na rubrica de *Outras Receitas*. Durante o exercício foram liquidados sinistros no valor de 157 218 € e pagos prémios de seguros no valor de 852 000 €.

As Outras despesas, que totalizam cerca de 1 207 408 €, apresentam a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2012.

Descrição	31.12.12
Obras em Imóveis	915 172
Mediação imobiliária	209 100
Seguro Multiriscos Imóveis	49 928
Condomínio de imóveis	7 204
Avaliações	1 448
Advogados	516
Total	1 207 408



IV - Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Pensões Banco Santander Totta**, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de activo de 785 297 337 euros, um valor do Fundo de 784 936 594 euros e um resultado líquido de 26 692 391 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Pensões;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) o adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da sociedade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a verificação do adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Fundo de Pensões Banco Santander Totta**, gerido pela sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas do Instituto de Seguros de Portugal.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

8.1 À data de 31 de Dezembro de 2012, não se encontram a ser cumpridos alguns dos limites de investimento definidos no Anexo I do Contrato de Gestão do Fundo de Pensões do Banco Santander Totta, nomeadamente no que respeita: (i) ao limite de investimento em activos imobiliários (limite máximo de 25%, que representa a esta data 36,93%); (ii) limite de investimento em obrigações de taxa variável (no intervalo entre 20% a 60%, que representa a esta data 8,93%), e (iii) limite de investimento em Fundos Imobiliários externos (limite máximo de 5%, que representa a esta data 9,06%).

Salienta-se, no entanto, que foi submetido ao organismo regulador (Instituto de Seguros de Portugal), um plano de regularização das situações de incumprimento, em consequência dos impactos decorrentes da transferência para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011, conforme disposto no Decreto-Lei nº 127/2011.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2013

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961